
Preservação e autenticidade: etapas de um mesmo contínuo

Preservación y autenticidad: etapas de un mismo continuo

Preservation and authenticity of photographic records: steps of the same continuum

**Sonia Maria TROITIÑO RODRIGUEZ (1), Izângela Maria SANSONI TONELLO (2),
Telma Campanha de Carvalho MADIO (3)**

(1, 3) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Departamento de Ciência da Informação, Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Campus Universitário, Marília-SP, Brasil, {smtr | telmaccarvalho}@marilia.unesp.br (2) Universidade Estadual de Londrina, UEL, Dep. de Ciência da Informação, Rodovia Celso Garcia Cid, PR445, Km 380, Londrina-PR, Brasil, izangela@uel.br

Resumen

La significativa cantidad y variedad de información que se vehiculan por medio de imágenes fotográficas incitan a una especial preocupación por la preservación de su soporte, a fin de garantizar su autenticidad y nitidez, evitando su deterioro. Los objetivos de este estudio son: 1) reflexionar acerca de los conceptos y definiciones que abordan la fotografía como documento de archivo; 2) reflexionar sobre la autenticidad para dar fe de lo que la imagen representa en su contexto; y 3) la importancia de la preservación física e intelectual de la fotografía para el resguardo de la información que contiene, con la finalidad de que pueda ser recuperada. Se concluye que la fotografía constituye un documento de archivo y, por lo tanto, su adecuada preservación debe garantizar, en el tiempo y el espacio, imágenes tan auténticas y nítidas como el momento de su producción.

Palabras clave: Documentos fotográficos. Autenticidad. Preservación.

1. Introdução

A história da humanidade é marcada pela presença de imagens nas suas mais diversas manifestações, pois o homem, sempre e por diferentes meios, buscou registrar situações de seu cotidiano ao representar iconograficamente o mundo e ideais que o cerca. Nesse sentido, a imagem conquistou gradativamente relevância, enquanto forma de expressão e informação, dando origem ao que hoje pode ser entendido como patrimônio documental fotográfico.

Vale lembrar que a informação, independentemente do suporte ou gênero documental sobre o qual se apoia, é elemento básico para a produção e disseminação do conhecimento. Se tradicionalmente, os registros da humanidade utilizavam preferencialmente a linguagem textual para a transmissão da mensagem, na atualidade o cenário contemporâneo abriu espaço para novos formatos, usos e disseminação da informação.

Abstract

The significant amount and variety of information that are provided by means of images, especially photographs, incite a special concern in relation to the preservation of this kind of media, in order to ensure its authenticity and sharpness and avoid its deterioration. The objectives of this study were reflecting on: 1) the concepts and definitions underpinning photographs as records; 2) the authenticity to attest what photographic records represent in its context; 3) the importance of preservation, so that the information conveyed in images may be accessed in the future. In conclusion, it can be affirmed that photographs can be constituted in archival records and therefore they should be preserved properly so that they remain, in time and space, authentic and sharp, as at the time of their production.

Keywords: Photographic records. Authenticity. Preservation.

Nesse panorama, a compreensão do registro fotográfico é alçada a outro patamar ao ser entendido como fruto do momento histórico, onde técnicas de registro, perspectivas e condições sociais interferem diretamente na captura da imagem.

Contudo, esta deve obrigatoriamente levar em consideração o contexto funcional da produção documental. Assim, aos poucos, a fotografia foi conquistando status de fonte expressiva de informação e consolidando-se como documento em razão de atestar visualmente determinado fato.

Em decorrência da concepção de fotografia como documento, mais especificamente como documento de arquivo, e, conseqüentemente, importante fonte de informação e testemunho, surge à necessidade de organização, bem como a manutenção de sua integridade, tanto física quanto intelectual.

Para que esse suporte informacional seja de fato acessível, é essencial que seu tratamento téc-

nico documental perpassa os processos concernentes às teorias arquivísticas. Diante disso e em larga medida por seu caráter interdisciplinar, a Ciência da Informação, especialmente por meio da Arquivologia, assume papel fundamental, posto haver surgido com a finalidade de subsidiar atividades relacionadas à produção, preparação, preservação e conservação, circulação e uso da informação. Assim, fornece fundamentos teóricos e práticos para a organização e perpetuação de informações, independentemente do suporte, desde sua concepção e posterior recebimento no arquivo, até a destinação final.

Dessa forma, este artigo busca refletir sobre a importância da informação fotográfica enquanto registro de ações humanas a partir da Ciência da Informação e da Arquivologia. Desse modo, a discussão sobre a definição de documento ganha nova amplitude ao se considerar o contexto de produção documental e os vínculos orgânicos presentes na fotografia. Nesse sentido, buscou-se embasamento teórico para compreender e fundamentar a importância das informações fotográficas, assim como também consolidar a compreensão da fotografia como documento de arquivo, observados os fundamentos e concepções que legitimam sua autenticidade, por meio de elementos como identidade e integridade, por exemplo.

Segundo Troitiño (2011), a noção diplomática de autenticidade é particularmente útil pois requer que os documentos sejam analisados em termos de sua composição física e conteúdo, elementos a serem preservados em todas as etapas de vida do documento. Porém, para tanto, deve-se atentar aos procedimentos e recomendações relacionados à conservação, uma vez que a fotografia, especialmente quando analógicas, demandam cuidados específicos em função das características que compõem sua estrutura física.

2. O documento e a informação fotográfica

A informação, seja escrita, sonora, iconográfica ou audiovisual, é o elemento básico para a produção e disseminação do conhecimento. Pode ser considerada como instrumento modificador da consciência do ser humano, quando percebida e assimilada, uma vez que acrescenta e reformula estruturas trazendo conhecimento e benefícios ao indivíduo.

De acordo com Aldo Barreto (1994, p. 3)

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história.

Sua importância está diretamente ligada à capacidade em potencial de produzir conhecimento. Contudo, ainda esclarece que o conhecimento a respeito de determinado assunto, é fruto da leitura e interpretação de informações específicas que, juntamente com conhecimentos pré-existentes, produzem alterações nas percepções e entendimentos de quem o possui.

Nesse sentido, Heloisa Bellotto (2014, p. 297) corrobora ao afirmar que “a informação seria, portanto, uma substância, uma matéria que passa por um processo de comunicação para chegar a um receptor que dela faz uso e consumo.” Entretanto, para que essas informações possam ser apreendidas, devem estar registradas em um suporte, constituindo-se no que consensualmente é definido como documento.

O termo documento pode ter diferentes acepções, conforme utilização cotidiana, abordagens teóricas ou institucionalização. Mesmo diante da diversidade de entendimentos, tradicionalmente, há convergência em relação ao denominador comum que entende o documento como fruto de uma ação registrada em um suporte que o aceite – abordagem parcial e redutora. Bellotto (2004) amplia e direciona essa concepção ao considerar documento como toda manifestação produzida pelo homem em razão de registrar uma atividade ou função, seja jurídica, científica, artística, cultural ou ainda informacional, independente do meio de transmissão.

Complementando, José López Yepes (2008) ressalta que para compreender e definir algo como documento é necessário considerar alguns aspectos como o suporte e a informação registrada que se pretende transmitir. Para que tenha valor como documento é essencial a percepção da sua finalidade, motivos de criação e autenticidade, assim como a possibilidade em proporcionar o acesso às informações e tomada de decisões.

O documento para que cumpra sua função nuclear, provar ou atestar um fato, requer considerações a respeito de sua origem. Justamente por isso, a organização documental deve ir muito, além da simples disposição física, sendo imprescindível que se investigue (Madio e Fujita, 2008, p. 253)

[...] a gênese documental dessa produção, ou seja, a ação que determinou sua elaboração, juntamente com sua relação intrínseca com os demais documentos, são fundamentais e determinantes para a compreensão da efetivação e concretização específicas do documento. O documento só existe a partir de uma ação, de uma vontade que se efetiva, se concretiza em uma materialidade. Portanto, o documento fotográfico de arquivo, como qualquer outro, tem sua criação estabelecida por normas e ações que determinam e definem sua estrutura final.

Mediante o exposto, o conceito de documento, mais especificamente documento de arquivo, se amplia em razão de sua condição de produto ou resultado de ação humana. Em um primeiro plano evidencia valores administrativos, funcionais e legais, em outro evidencia valores secundários, como os testemunhais, informacionais, culturais, históricos e os eminentemente sociais – observadas as condições para a constituição da informação em documento.

Paul Otlet (1868-1944), em *O Traité de Documentation: Le livre sur le livre – Théorie e Pratique* (1934), obra na qual o autor apresenta princípios, define teorias e conceitos a respeito do objeto da documentação, o documento. Após discorrer acerca da ciência para abordar a documentação, como um método de transmitir e difundir informações das mais variadas origens – livros, periódicos catálogos ou qualquer suporte que contenha uma informação, seja texto ou imagem. De modo mais efetivo, Otlet destaca que os termos “livro” e “documento” se integram e resultam na definição de “um suporte de uma determinada matéria e dimensão [...] com signos representativos de certos dados intelectuais” (Otlet, 1934, p. 43). Nesse contexto, vale ressaltar algumas considerações do autor acerca do documento (Otlet, 1934, p. 2, 25), como:

expressão escrita das ideias, instrumentos de sua fixação, conservação, conservação e circulação, os documentos são os intermediários obrigatórios de todas as relações entre os homens [...] meio de transmitir dados informativos para o conhecimento dos interessados distantes no tempo e no espaço [...] tudo aquilo que serve para registrar, transmitir e conservar a lembrança de uma coisa e para representar essa mesma coisa para ser utilizada para estudo. [...] registros gráficos e escritos os objetos em si também podem ser considerados se nos tornamos informados observando-os [...]

Otlet propõe, portanto, um termo genérico para documento (*bibliion ou bibliograma ou documento*) que abordaria todos as espécies: volumes, folhetos, revistas, artigos, carta, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas além de discos e filmes. Em vista disso, a iconografia é inserida no *Traité* como o documento que tem como característica de gênero a imagem. Especificamente, em relação à fotografia, o autor registra em sua obra (Otlet, 1934, 199A) que

[...] a fotografia é pois a ‘escrita com a ajuda da luz’ e acrescenta que se pode dizer que a fotografia é uma maneira de escrever baseada em princípios matemáticos, físicos e químicos. A fotografia é a mais importante das máquinas intelectualmente inventadas pelo homem. Não só reproduz mas produz documentos e representa a realidade diretamente [...]

A fim de discorrer também a respeito da fotografia como documento, percebe-se a necessidade de abordar a obra de um outro ícone: Suzanne Briet (1894-1989). Briet foi uma das mais importantes seguidoras das ideias de Otlet e também inova e amplia a concepção de documento ao publicar um relevante manifesto modernista a respeito da natureza da documentação, intitulado “Qu’est-ce que la documentation? No qual resgata o sentido da palavra documento, evidenciando que este, extrapola o texto quando afirma ser “qualquer signo indicial concreto ou simbólico, conservado ou gravado, para fins de representar, de reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 1951, p. 7, tradução nossa). Dessa maneira, a autora reafirma a ideia da permanência do documento como registro, pois sem ele não haveria a garantia de prova ou evidência.

Michael Buckland (1997), que estudou a obra de Suzanne Briet, esclarece que as condições definidas pela autora para que algo se constitua como documento são: 1) materialidade - somente objetos e sinais físicos podem tornar-se documentos; 2) intencionalidade - deve haver o propósito de se tratar o objeto como evidência; 3) processamento - os objetos têm que ser processados, transformados em documentos; 4) posição fenomenológica - os objetos devem ser percebidos como documentos.

Assim como Briet, Luciana Duranti (1994) assume a posição de que registros documentais captam e preservam ao longo do tempo atos a serem comprovados no futuro, com base na atividade geradora do documento. Essa relação é determinante na verificação de dois importantes signos diplomáticos, autenticidade e fidedignidade. Segundo Heather MacNeil (2001), documento autêntico é aquele que é o que afirma ser, não havendo sido corrompido ou adulterado desde o momento de sua criação. De fato, a Diplomática se volta, em larga medida, para a verificação da autenticidade dos documentos, assim como de outros atributos. Mediante a análise da estrutura formal do documento, busca atestar sua fidedignidade em relação ao ato registrado, assim como seu grau de confiabilidade.

Os estudos contemporâneos sobre Diplomática se voltam para documentos textuais, sob o respaldo argumentativo de que a análise consiste em investigar os elementos extrínsecos, relacionados ao gênero e os elementos intrínsecos, relacionados ao teor da informação registrada. Segundo Bellotto (2002, p. 4) “dois conjunto de elementos [...] falando-se de um lado, em estrutura, e, de outro em substância, como os dois pólos constituintes do documento”. A autora ainda con-

sidera que a análise não permite dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de criação e uso.

Joan Schwartz, uma das mais conceituadas pesquisadoras contemporâneas do documento fotográfico, em um de seus trabalhos de maior penetração *"We Make Our Tools and Our Tools Make Us": Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats* (Schwartz, 1995), assume o desafio posto por Duranti (1996) sobre os novos usos para a tradicional ciência Diplomática. Nesse trabalho, a pesquisadora faz um exercício reflexivo sobre da fotografia enquanto registro de atividade humana e documento de arquivo. Como consequência da análise de elementos como proveniência, organicidade, contextualização e descontextualização funcional, valor probatório, forma e função dos registros fotográficos, é apresentado um novo viés interpretativo e abre-se um grande leque de opções de pesquisa no campo da Arquivologia.

Diante do exposto, fica claro que de acordo com os autores mencionados o termo documento adquire um domínio mais amplo, que outros registros do conhecimento. Também consolida o termo documento como prova do ato do qual deriva, pois só o registro respalda uma circunstância, um acontecimento ou um fato a ser preservado, garantindo assim sua permanência no tempo e no espaço. O documento é gerado a partir de uma intenção com a qual estabelece relação permanente e indissociável, sendo constituído por estrutura e substância. Dessa forma, se evidencia a pertinência e o valor da fotografia como documento de arquivo, em razão dela responder aos pressupostos necessários para consolidar as informações registradas.

Contudo, vale observar que para que o documento, independentemente do suporte, permaneça no tempo e no espaço autêntico, legível e fidedigno, necessita de ações pertinentes à sua conservação e preservação.

2.1. A fotografia como documento

Manni (2002) concebe o documento como toda informação registrada em qualquer suporte, passível de veicular e difundir o conhecimento, representativa da realização de uma atividade humana. Nesse sentido, ao assumirmos o conceito apregoado pela etimologia do termo fotografia – escrever com a luz –, é possível entendermos, tal qual Vera Regina Boccato e Mariângela Fujita (2006, p. 86), que

[...] o significado da própria palavra já a nomeia como documento. Desse modo, podemos tratar [...]

a fotografia, como documento que transmite informação registrada em um suporte papel (fotografia analógica) ou eletrônico (fotografia digital), viabilizando a geração de conhecimento. Toda imagem tem um suporte e uma técnica [...] Toda imagem é representativa, tem um suporte, é referencial, estética, artística, sintética, emotiva, objetiva e subjetiva. Além disso, a fotografia é real, pois documenta [...]

Essa acepção permite ampliar a diversidade de formas e formatos do documento, como registro de atividade administrativa. Pierre-Jean Amar (2007) complementa que a fotografia desestruturou os procedimentos relacionados à representação na época de seu surgimento, pois foi considerada direta e verdadeira, por isso mesmo, supostamente imparcial ao ser posta na qualidade de 'testemunha fiel' de fatos significativos e relevantes.

A respeito do valor testemunhal e probatório da fotografia, Boris Kossoy (2002, p. 19) afirma que

[...] desde o seu surgimento e ao longo de sua trajetória, até os nossos dias, a fotografia tem sido aceita e utilizada com prova definitiva, 'testemunho da verdade' do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza físico-química – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como esses fatos aparecem, a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade.

Entretanto, Miriam Manini (2008) ressalta que a fotografia só se constitui efetivamente em documento disponível aos usuários com características significativas, probatórias e verídicas, se for tratada segundo os princípios arquivísticos. Complementando essa ideia, Bellotto (2010, p. 161) afirma "a indissolubilidade entre a informação, o meio no qual ela está vinculada, o suporte, a proveniência e, sobretudo o vínculo entre os documentos do mesmo contexto genético [...]". Desse modo, respalda a determinação de que a informação, independente do suporte, se caracteriza efetivamente em um documento, devendo sua organização refletir as circunstâncias de sua criação.

Sob semelhante ótica, Telma Madio e Mariângela Fujita (2008) corroboram ao evidenciarem que a fotografia é sempre resultado de uma intenção e que em virtude de não virem para os acervos acompanhadas de referências ou informações textuais, torna-se fundamental a determinação da gênese documental (a intencionalidade e contexto de sua produção) e a relação intrínseca da fotografia com os documentos restantes do acervo.

A propósito disso, a fotografia pode ser considerada um produto contemporâneo, quando historicamente comparada ao documento textual. Duranti (1994, p. 2, grifo nosso) afirma, que é necessário que se repense e analise a respeito do

caráter, natureza e confiabilidade dos documentos contemporâneos, especialmente sobre sua autenticidade. Vale mencionar que independentemente do suporte:

A autenticidade está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação, e "são definitivamente separados para *preservação*, tacitamente julgados dignos de serem *conservados*" por seu criador ou legítimo sucessor como "testemunhos escritos de suas atividades no passado". Assim, os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e *conservados* sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.

Logo, para que os documentos fotográficos possam ser acessados futuramente, permanecendo legíveis, nítidos, autênticos e acessíveis, é de fundamental importância que sejam simultaneamente resguardados físico e intelectualmente.

3. Preservação, conservação e autenticidade: ação contínua

Para que as informações contidas no suporte fotográfico sejam disponibilizadas e acessadas é fundamental a adoção de alguns procedimentos metodológicos relacionados à sua conservação preventiva, que englobem desde a criação até a guarda definitiva do documento, dessa forma, demandando o estabelecimento de políticas voltadas para essa finalidade.

Considerando a fragilidade da fotografia, em relação ao suporte da informação, Felix del Valle Gastaminza (1999, p.14) alerta para os cuidados necessários com esses documentos:

Una fotografía es un objeto que hay que conservar, cuidar, almacenar, restaurar, tocar: se estropea con facilidad, le afectan muchos elementos externos y, además, la inextricable unión entre soporte y contenido hacen que el deterioro de aquél repercute sobre la percepción y buena interpretación de éste.

Nesse sentido, a instituição responsável pela produção ou armazenamento desses documentos deve ter consciência não só do valor do acervo como detentor de informações essenciais para a disseminação de conhecimento, mas também para o resgate da memória. A esse propósito, Lucy Luccas e Dione Seripierri (1995, p. 9) aponta as diferenças dos conceitos preservação e conservação.

Enquanto preservar impulsiona na direção da elaboração das políticas que irão ser adotadas para gerir a Conservação, esta oferece subsídios para que o documento permaneça em condições físicas de utilização, levando-se em conta o controle climático, condições construtivas, limpeza, reparos.

Marilene Costa (2003) complementa ao colocar que a preservação demanda ações de ordem administrativas, políticas e operacionais, objetivando direta ou indiretamente a salvaguarda do patrimônio. Em relação à conservação, o autor aponta que se constitui na investigação, estudo e contenção dos fatores de degradação, possibilitando assim a aplicação de medidas preventivas. A conservação é o processo prático da preservação.

Em relação à conservação preventiva, esta consiste em intervir diretamente no material com a finalidade maior de precaução contra possíveis danos e prejuízos ao objeto de resguardo. Dada a relevância da fotografia como patrimônio informacional, é imprescindível a manutenção de sua integridade física, como consideram Carmen Bello Urgellès e Àngels Borrell Crehuet (2008, p. 105):

En la documentación fotográfica, podemos encontrar alteraciones intrínsecas debido a las propiedades y a procesos de los mismos materiales utilizados y al proceso de manufacturación. El principal problema es la sensibilidad y reacción química de los materiales por sí mismo, principalmente en las fotografías em color.

Assim, constata-se que o documento fotográfico apresenta um grau de fragilidade maior em razão dos materiais envolvidos na sua produção. Consequentemente, a fotografia requer um acirrado controle dos possíveis fatores de degradação, sejam ambientais ou contingenciais.

A questão da preservação e conservação de documentos fotográficos está, em larga medida, ligada a compreensão da dinâmica e da composição dos materiais fotográficos. São documentos extremamente frágeis por natureza. Em razão de sua estrutura físico-química complexa e instável, é necessário compreendê-la para estabelecer os corretos procedimentos para a adequada salvaguarda (Filippi; Lima e Carvalho, 2002). Assim sendo, a deterioração causada por fatores intrínsecos (composição) e extrínsecos (ambiente) da imagem fotográfica impossibilita a visualização do fato, acontecimento ou personagem representado no documento fotográfico, o que efetivamente colocará em dúvida a autenticidade do que atesta.

Frank Matero (2000) esclarece que a conservação tem como objetivo salvaguardar o patrimônio cultural observando e analisando sua evolução, deterioração e manutenção; orientar pesquisas para definir a causa, o efeito e a solução dos problemas, intervindo preventivamente a fim de manter a integridade e a característica do bem cultural.

Em relação à preservação, a constituição de uma política de preservação tem como princípio estancar a deterioração das coleções através de tratamentos preventivos e ativos, acondicionamento e guarda apropriada dos materiais fotográficos (Filippi, Lima e Carvalho, 2002, p. 17).

Klaus Hendriks, pioneiro na conservação de arquivos fotográficos, já no final dos anos 70, chamava a atenção para a responsabilidade dos custodiadores de coleções fotográficas diante a preservação de seus documentos. Considerando que o acesso é a principal razão da existência desses registros, sua conservação deve ser prevista tendo em conta a longevidade. Assim, a preservação do documento fotográfico passa pela necessidade, entre outras, do estabelecimento de um processo contínuo de formação dos usuários a fim de se criar a consciência sobre a fragilidade do material de arquivo, em qualquer meio (Hendriks, 1977).

Preservar os registros é essencial para perpetuar a história, para a aquisição de conhecimento e desenvolvimento do ser humano. Dessa forma, a perspectiva de continuidade de diferentes processos de preservação arquivística, que contemplem simultaneamente a integridade física e intelectual, busca garantir a autenticidade do documento ao longo do tempo.

A partir dos anos 90, pesquisadores como Joan Schwartz (1995, 2000), Nancy Bartlett (1996) e Rodney Carter (2010) debruçaram-se sobre as fotografias como documentos de arquivo, analisando seu modo de produção documental e reinterpretando a Diplomática diante das novas tecnologias e sistemas de informação, em larga medida amparados nos estudos de Luciana Duranti (1995, 1996). Nesse contexto, documentos não textuais passaram a ser objeto de estudo, em busca da conexão orgânica que os vincula a teia de relações típica dos arquivos, ao mesmo tempo em que recorre à Diplomática, já não mais concebida da maneira tradicional, mas adaptada às novas técnicas e formas de registro.

Nancy Bartlett (1996), ancora seus estudos na perspectiva de que a Diplomática pode fornecer aos arquivistas importantes orientações ao considerar o ato de documentar por meio do processo fotográfico, com base nos conceitos de autoridade e intencionalidade, sinais de confiabilidade; no conceito de autenticidade, assim como na análise de elementos extrínsecos e intrínsecos do documento.

Confiabilidade e autenticidade, ainda que conceitualmente diferentes, andam emparelhadas agregando qualidade ao documento de arquivo, incluindo o fotográfico. A confiabilidade é fornecida a um documento no momento de sua criação, por

meio dos procedimentos adotados e formato assumido. Dessa forma, um documento é considerado confiável quando seu formato é completo, ou seja, quando possui todos os elementos necessários impingidos pelo sistema sócio jurídico do contexto de produção documental no qual se insere. Em contrapartida, autenticidade diz respeito a qualidade do documento ser efetivamente o que diz ser, livre de adulterações ou falsificações (Duranti, 1995, p. 8):

As already observed, a record is reliable when it can be treated as the fact of which it is evidence. By contrast, a record is authentic when it is the document that it claims to be. Proving a record's authenticity does not make it more reliable than it was when created. It only warrants that the record does not result from any manipulation, substitution, or falsification occurring after the completion of its procedure of creation, and that it is therefore what it purports to be. Thus, the authentication of the reproduction of a record, made by an official authorized to execute this function, provides such copy with the same force of the document it transcribes or reproduces, be it a draft, an original, or another copy, but also with its same degree of reliability. If the reproduced document could not be treated as a fact when created and in its original status, the authentication of its copy does not confer it this capability.

De qualquer modo, confiabilidade e autenticidade são elementos essenciais para documentos de arquivo e devem permanecer estáveis desde o momento de criação até a destinação final – incluindo a manutenção de seu status ao longo da escala de tempo, sob risco de perda da integridade arquivística.

No caso de documentos eletrônicos, MacNeil e Duranti (1996) defendem que a preservação da integridade deve obrigatoriamente ser observada e garantida no momento de criação e uso administrativo, assim como no momento de uso histórico e social. Alertam ainda que, mesmo que os registros não sejam mais necessários pela organização que os produziu, sua autenticidade deve ser protegida, transferindo-os fisicamente para uma instituição de arquivo ou programa correspondente, sendo, uma vez transferidos, organizados e descritos. Mesmo essa sendo uma referência originalmente feita a procedimentos a serem adotados diante de arquivos eletrônicos, a universalidade de sua concepção é também válida para documentos em outros meios.

Conceber a conservação e manutenção da autenticidade do documento fotográfico como parte do mesmo ciclo contínuo de preservação, em uma ação permanente e interligada, permite o estabelecimento de estratégias de resguardo da integridade documental nos arquivos, em prol da sociedade e de seu patrimônio.

4. Considerações

Atualmente a fotografia, em muitas situações, parece ser a melhor maneira de representar lugares, pessoas, fatos e acontecimentos. Desse modo, caracteriza-se como um dos meios mais eficazes e criativos para identificar, reconhecer e validar eventos, em virtude de possibilitar a captura do instante imagético para fins de registro de atividades. Nesse contexto, ao desenvolver e aperfeiçoar o que atualmente é a fotografia, jamais se imaginaria a contribuição fantástica que sua técnica proporcionaria à sociedade. A fotografia, em muitas situações, é a melhor maneira de representar lugares, pessoas, fatos e acontecimentos. Caracteriza-se como um dos meios mais eficazes e criativos na identificação, no reconhecimento de fatos passados, ao possibilitar a captura momentânea da imagem, de algo ou de alguém que se queira registrar, tornando-a, pois, decisiva para o armazenamento e resgate posterior da memória coletiva.

Assim, reconhecer, organizar e especialmente preservar documentos fotográficos é condição precípua para se perpetuar atos e fatos, à serviço da memória e história, e para a transmissão do conhecimento indispensável para o desenvolvimento do ser humano. Nessa perspectiva, as fotografias constituem, entre outros aspectos, fontes informacionais de extrema importância para as mais diversas áreas do conhecimento. Por conseguinte, tem ressaltado seu valor probatório enquanto documento e para a sociedade. Milton Guran (1992) entende a fotografia como uma extensão da capacidade humana de olhar, embasada em uma técnica de representação da realidade que, pelo seu rigor e particularismo, se expressa através de uma linguagem própria e inconfundível.

No âmbito da Ciência da Informação, a fotografia ganha destaque não apenas como fonte de informação sobre os assuntos que apresenta, mas também como documento arquivístico e, consequentemente, fonte de informações subliminares à principal registrada. Justamente por isso, é necessário rigor no tratamento documental, especialmente quando relacionados aos procedimentos de identificação, determinação do contexto e da produção, preservação e acesso. Revisitando Otlet, fica evidente que o autor amplia o conceito de documentos, contemplando a fotografia como tal. Essa perspectiva ganha nova dimensão ao se abordar a fotografia como documento de arquivo, indo ao encontro de Briet, quando expõe que o documento se constitui no registro de algo que se quer provar.

Sobre a questão da autenticidade documental Bellotto, (2002) e Duranti (1995) compartilham da

percepção de desta ser um dos principais objetos de Diplomática Contemporânea. De tal modo que a verificação da autenticidade deve convergir para a gênese documental, abarcando sua constituição interna, transmissão e relação entre o criador e o próprio conteúdo documental, objetivando identificar, avaliar e demonstrar o grau de confiabilidade do documento. Portanto, é de fundamental importância que as instituições que possuem documentos fotográficos em seus acervos, como arquivos, bibliotecas e museus se conscientizem da relevância desses registros para a comprovação de fatos e direitos, não delegando a preservação física e intelectual desses documentos a um patamar menos importante.

Apenas através do resguardo da informação e de seu suporte é que a transmissão do conhecimento pode se efetivar ao longo do tempo e do espaço. Desse modo, responsabilidade e conhecimentos específicos são fundamentais às políticas a serem adotadas em relação à conservação preventiva. Somente dessa forma é possível aceder ao documento fotográfico, independentemente se analógico ou digital, e dele depreender informações autênticas e confiáveis.

Nesse sentido, a existência de uma gestão documental sensível a essa questão permite um contínuo e integrador gerenciamento de informações, de modo a não dissociar preservação física da intelectual, especialmente com referência aos novos suportes do conhecimento. No entanto, responsabilidade e conhecimentos específicos são fundamentais às atividades relacionadas aos procedimentos de preservação e conservação preventiva e, assim, ser possível acessar nos espaços informacionais o documento fotográfico, depreendendo informações autênticas e nítidas evidenciadas na fotografia.

À guisa de encerramento, acredita-se que esta reflexão sobre a necessidade eminente da preservação e conservação do documento fotográfico, em unidades de informação, para a manutenção de sua autenticidade, por meio de uma política integrada e contínua, esclareça algumas questões relacionadas a essa proposição e suscite reflexões a respeito.

5. Referências

- Amar, Pierre Jean (2007). História da fotografia. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, Aldo de Albuquerque (2005). A estrutura do texto e a transferência da informação. // *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*. 6:3 (jun 2005). http://www.dgz.org.br/jun05/Art_01.htm (2015-08-15).
- Bartlett, Nancy (1996). Diplomats for Photographic Images: Academic Exoticism?. // *The American Archivist*. 59:4 (fall 1996) 486-494.

- Bello Urgellès, Carmen; Borrell Crehuet, Àngels (2008). Los documentos de archivo: como se conservan. Gijón: Ediciones Trea, 2008.
- Bellotto, Heloisa Liberalli (2014). Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- Bellotto, Heloisa Liberalli (2002). Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documentos de Arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- Bellotto, Heloisa Liberalli (2010). Documento significação na trajetória epistemológica e da Ciência da Informação. // Freitas, Lídia Silva de; Marcondes, Carlos Henrique; Rodrigues, Ana Célia (orgs.). Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. Niterói: EdUFF, 2010. 161-174.
- Boccatto, Vera Regina Casari; Fujita, Mariângela Spotti Lopes (2006). Discutindo a Análise Documental de Fotografias: uma síntese bibliográfica. // Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação. 2 (2006) 84-100. <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/794/793> (2016-06-09)
- Briet, Suzanne (1951). Qu'est-ce que la documentation? Paris: Édit: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.
- Buckland, Michael K (1997). What is a «document»? // Journal of the American Society of Information Science. 48:9 (1997) 804-809. <http://www.columbia.edu/cu/libraries/inside/units/bibcontrol/osmc/bucklandwhat.pdf> (2015-06-10).
- Carter, Rodney (2010). "Ocular Proof": Photographs as Legal Evidence. // Archivaria. 69 (spring 2010). ISSN 1923-6409. 23-47. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13260> (2016-06-10).
- Costa, Marilene Fragas (2003). Noções básicas de conservação preventiva de documentos. Rio de Janeiro: Centro de Informação Científica e Tecnológica, 2003.
- Duranti, Luciana (1996). Diplomática: nuevos usos para una antigua ciência. Carmona: S&C Ediciones, 1996.
- Duranti, Luciana (1994). Registros documentais contemporâneos como provas de ação. // Estudos Históricos. 7:13 (1994) 49-64. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164> (2015-06-15).
- Duranti, Luciana (1995). Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications. // Archivaria. 39 (spring 1995) 5-10. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12063/13035> (2016-06-10).
- Duranti, Luciana; Macneil, Heather (1996). The Protection of the Integrity of Electronic Records: An Overview of the UBC-MAS Research Project. // Archivaria. 42 (fall 1996) 46-67. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12153/13158> (2016-07-10).
- Filippi, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; Carvalho, Vânia Carneiro de (2002). Como tratar coleções de fotografias. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- Guran, Milton (1992). Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- Hendriks, Klaus B. (1977). Preservation of Photographic Records. Archivaria. ISSN 1923-6409. 5 (1977) 92-100. <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10568/11416> (2016-07-11).
- Jardim, José Maria (2015). Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. // Acervo. Rio de Janeiro, 28:2 (jul./dez. 2015) 19-50.
- Kosoy, Boris (2002). Realidades e ficções na trama fotográfica. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- López Yepes, José (1997). Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento? // Scire. 3:1 (1997). <http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1064> (2015-09-12).
- Luccas, Lucy; Seriperri, Dione (1995). Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.
- Macneil, Heather (2001). Trusting Records in a Postmodern World. // Archivaria. ISSN 1923-6409. 51 (2001) 36-47. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12793-14822-1> (2016-07-10).
- Madio, Telma Campanha de Carvalho; Fujita, Mariângela Spotti Lopes (2008). Importância da gênese documental para identificação de acervos fotográficos. // Ibersid. ISSN 1888-0967. 2 (2008) 251-261. <http://www.iberid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/2244/2005> (2015-09-08).
- Manini, Miriam Paula (2002). Análise Documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 231f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- Matero, Frank (2000). Ethics and Policy in Conservation. // Conservation. The Getty Conservation Institute Newsletter 15:1 (2000) 5-9. http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/pdf/v15n1.pdf (2014-09-06).
- Otlet, Paul. (1934). Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.
- Schwartz, Joan M. "Records of Simple Truth and Precision": Photography, Archives, and the Illusion of Control. // Archivaria. 50 (fall 2000) 1-40. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12763/13952> (2016-04-03).
- Schwartz, Joan M. "We Make Our Tools and Our Tools Make Us": Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats. Archivaria. ISSN 1923-6409. 40 (fall 1995) 40-74. <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12096/13083> (2016-04-03).
- Tognoli, Natália Bolfarini; Guimarães, José Augusto (2011). A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. // Perspectivas em Ciência da Informação. ISSN 1981-5344. 16:1 (2011) 21-44.
- Troitiño Rodríguez, Sonia Maria (2011). Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental. // Scire. 17:1 (en-jun. 2011) 65-72.
- Valle Gastaminza, Felix del (1999). Manual de Documentación Fotográfica. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

Enviado: 2016-04-04. Segunda versão: 2016-08-03.
Aceptado: 2016-09-15.
